

Processo TCDF nº 11287/2016-e /2016

Ementa: Análise de recursos e contrarrazões – Pregão Eletrônico nº 5/2017 – Contratação de empresa especializada para a execução de serviços contínuos de copeiragem.

N O T A Nº 41/2017-CJP

Tratam os autos da contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de copeiragem, com fornecimento de insumos sob demanda, nos Edifícios Sede, Anexo, Biblioteca e Garagem e outras áreas do Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF, em modelo de gestão contratual por desempenho/resultado, conforme Edital de Pregão Eletrônico nº 05/2017 (e-Doc 66455931 – peça nº 27).

Nesta oportunidade são analisados os recursos impetrados pelas empresas HPEX APOIO ADMINISTRATIVO EIRELI – ME e ÁGIL SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA. (e-Docs D440273E e BACCB8F6, peças nºs 46 e 47, respectivamente), assim como as contrarrazões da empresa SOLLO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA. (e-Docs 433EB6BC e 9F48B2AF, peças nºs 50 e 51, respectivamente).

A Pregoeira, ao analisar as alegações apresentadas pelas recorrentes e as contrarrazões da recorrida, concluiu pelo desprovimento dos recursos, assim como pela manutenção do resultado do certame (e-Doc F7315930 – peça nº 45), e para isso, apresentou os seguintes comentários quanto à questão objeto dos presentes autos:

“DOS RECURSOS

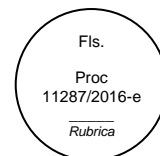
2. A PRIMEIRA RECORRENTE, ÁGIL SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA. (e-DOC BACCB8F6, Peça nº 47), solicita que o ato de habilitação da RECORRIDA, SOLLO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA., seja tornado sem efeito, bem como pleiteia que seja instaurado processo administrativo com vistas à penalização da vencedora do certame, com base nas seguintes alegações em suma:

2.1. A RECORRIDA teria omitido a existência de mais de 100 (cem) contratos em sua relação de compromissos, apresentada por força do item 14.3, X do Capítulo XIV e Anexo VIII do Edital do certame, como indicação desse suposto fato, a PRIMEIRA RECORRENTE encaminha lista de clientes retirada do site da RECORRIDA, e cópia de proposta empresarial contendo relação de clientes (e-DOC 69935384, Peça nº 48);

2.2. Esclarece a PRIMEIRA RECORRENTE que a Declaração de Compromissos Assumidos tem por objeto a verificação prévia quanto à capacidade econômica da empresa de executar um novo projeto, ou seja, avalia as condições da licitante para executar um novo contrato, diante dos compromissos já assumidos e vigentes. Ressalta a PRIMEIRA RECORRENTE que “caso, a declaração não constate a real



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA



situação da empresa, estar-se-á diante de uma contratação temerária. Isto porque não se tem parâmetro confiável para afirmar a real condição e capacidade da futura contratada para executar o serviço licitado”;

2.3. Dessa forma, a PRIMEIRA RECORRENTE solicita a realização de diligências junto à empresa, de forma que sejam enviadas as cópias de todos os contratos e notas fiscais dos clientes da RECORRIDA, para averiguação das informações prestadas no presente recurso. E, caso sejam constatadas omissões presentes na declaração apresentada pela RECORRIDA, solicita a averiguação administrativa, se a hipótese caracteriza uma declaração falsa passível da penalidade prevista no art. 7º da Lei nº 10.520/2002;

2.4. Quanto ao Balanço Patrimonial (BP) e Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) da RECORRIDA para o exercício de 2015 a PRIMEIRA RECORRENTE traz as seguintes observações:

2.4.1. Existiria uma inconsistência na DRE da empresa na rubrica DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA - Impostos e Contribuições sobre Receita Operacional, na qual a Sollo recolheu apenas R\$ 57.879,70 a título de tributos sobre o faturamento, o que representa em relação à Receita Bruta Operacional de R\$ 1.591.605,00 apenas 3,64% de carga tributária. Entretanto, a RECORRIDA é optante do regime de tributação de lucro real, e nesta situação, os tributos incidentes sobre a receita operacional bruta são ISS 5%, PIS 1,65% e COFINS 7,60%, podendo estes dois últimos serem reduzidos devido ao aproveitamento de créditos tributários.

2.4.2. Ocorre que, nesta mesma rubrica deveria constar o valor pago a título de Imposto Sobre Serviços (ISS) de 5% sobre a receita bruta operacional de R\$ 1.591.605,00, o que daria um total de R\$ 79.580,25, mas não foi feito. Dessa forma, a DRE da empresa estaria errada, e impactaria no lucro do período, posto que o valor de R\$ 84.378,49 seria reduzido para R\$ 4.798,24.

2.5. Quanto ao Patrimônio Líquido constante no Balanço Patrimonial da RECORRIDA a PRIMEIRA RECORRENTE afirma que existe uma incompatibilidade, pois “o valor que deveria ter sido lançado no patrimônio líquido da Sollo seria de R\$ 84.378,49 (que foi o lucro do período) e não de R\$ 1.749.406,98. Além disso, há informação de um prejuízo de R\$ 125.506,91 que não está registrado na Demonstração do Resultado de Exercício de 2015”. Tal fato, segundo a PRIMEIRA RECORRIDA, suscitaria a não veracidade dos documentos apresentados;

2.6. Em relação aos Atestados apresentados pela RECORRIDA, argumenta a PRIMEIRA RECORRENTE que estes não atenderiam ao disposto no inciso VII do item 14.3 do Capítulo XIV do Edital, em razão:

2.6.1. De nenhum dos atestados apresentados indicarem a prestação dos serviços de garçom;

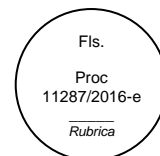
2.6.2. As notas fiscais, emitidas após 01/04/2014, encaminhadas pela RECORRIDA em diligência realizada pelo TCDF para comprovação da veracidade dos atestados, não são notas eletrônicas, o que supostamente contraria a Portaria nº 259/2013 da Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal. Logo as referidas notas não possuiriam valor legal e fiscal, e não comprovariam a veracidade dos atestados emitidos por: a) Escola das Nações; b) Condomínio Vital Brazil; e, c) Condomínio Advance Centro Clínico Sul;

2.6.3. Dessa forma, apenas os atestados emitidos pelas empresas Welt Motors Ltda. e Vagon Engenharia Civil S.A. foram devidamente comprovados, pois as notas fiscais emitidas para esses clientes poderiam ser notas fiscais físicas e não eletrônicas, pois foram emitidas antes de 01 abril de 2014. Entretanto, esses atestados não comprovam a prestação dos serviços de garçom;

2.7. A PRIMEIRA RECORRENTE solicita, ainda, a realização de novas diligências com vistas à verificação da veracidade dos Atestados apresentados pela RECORRIDA,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA



inclusive no que tange ao faturamento apontado pelo recibo EFD -Contribuições referente ao mês 11/2016, que aponta um faturamento de R\$ 463.808,37, ao passo que a relação de compromissos indica um faturamento mensal de R\$ 820.519,30, perfazendo uma diferença de R\$ 278.416,391.

3. A SEGUNDA RECORRENTE, HPEX APOIO ADMINISTRATIVO EIRELI – ME (e-DOC D440273E, Peça nº 46), pleiteia a inabilitação da RECORRIDA, tecendo em síntese as seguintes razões:

3.1. A RECORRIDA não apresentou a declaração de atendimento aos requisitos previstos no art. 2º da Lei Distrital nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2010, exigido pelo item 14.3, III do Capítulo XIV do Edital;

3.2. A RECORRIDA opera sob o regime de apuração do Lucro Real, sendo que “em sua documentação nos recibos da EFD – Contribuições constam valores na coluna outras deduções a mesma deveria ter apresentado o relatório de ‘Consolidação da Contribuição para o PIS e COFINS’ conforme previsto em edital no Anexo X” (sic).

DAS CONTRARRAZÕES

4. No prazo previsto no inciso XVIII, do art. 4º da Lei nº 10.520/02, a RECORRIDA registrou suas contrarrazões no Sistema do ComprasNet (e-DOCs: 9F48B2AF e 433EB6BC, Peças nºs 51 e 50, respectivamente).

5. A RECORRIDA em suas contrarrazões, referentes à PRIMEIRA RECORRENTE, argumenta que:

5.1. Apresentou a melhor proposta e só foi considerada vencedora do certame após minuciosa análise da documentação de habilitação, tendo atendido a todas as exigências editalícias;

5.2. A PRIMEIRA RECORRENTE baseou seu recurso “em meras presunções, ilações e indícios, no mais das vezes, fundados em informações recortadas do site da Recorrida na internet e/ou da própria documentação apresentada ao pregoeiro, organizadas fora do contexto ou pinçadas à conveniência dos interesses da Recorrente”, carecendo inclusive de interesse recursal;

5.3. Não foram omitidos contratos na Relação de Compromissos, apresentada pela empresa SOLLO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA (CNPJ nº 24.921.066/0001-82) no certame. Contudo, cabe esclarecer que as informações obtidas pela PRIMEIRA RECORRENTE foram retiradas do sítio eletrônico do GRUPO SOLLO e não da empresa participante do Pregão Eletrônico TCDF nº 5/2017. Frise-se que o GRUPO SOLLO é constituído por sociedades empresárias que desenvolvem atividades empresariais nos ramos da prestação de serviço, construção, civil, etc.

5.4. “Por outro lado, a alegação da Recorrida no sentido de que uma eventual visita do pregoeiro aos locais confirmaria a suposta ‘omissão de contratos’ é também absurda, pois, conforme já demonstrado os funcionários do Grupo Sollo, sem distinção da empresa, utilizam uniformes padronizados, mesmo porque os nomes ‘fantasia’ das empresas que compõe o grupo são denominadas ‘Sollo’.”(sic)

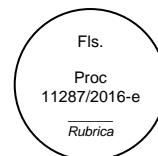
5.5. Como prova do alegado, a RECORRIDA encaminhou por e-mail cópia dos contratos e notas fiscais de todos os ajustes constantes do site empresarial, indicados pela PRIMEIRA RECORRENTE, reiterando que não houve nenhuma omissão de contratos e muito menos qualquer falsidade na declaração.

5.6. Quanto ao Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício a RECORRIDA esclarece que:

5.6.1. Não existe nenhuma inconsistência em sua escrituração contábil;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA



5.6.2. A Composição do Patrimônio Líquido se dá a partir do Capital Social, Lucros e Prejuízos. Assim, “o Capital Social da empresa é de R\$ 100.000,00 e o prejuízo acumulado nos anos anteriores (2014) é de R\$ 97.776,08 e o prejuízo do 1º Trimestre de 2015 foi de R\$ 27.730,83, resultando em um prejuízo acumulado de R\$ 125.506,91, conforme corretamente exposto no Balanço Patrimonial. Já o lucro acumulado dos anos anteriores (2014) é R\$ 1.637.297,66 e o lucro do 2º, 3º e 4º trimestres foi de R\$ 112.109,32 resultando, no período, no lucro total no ano de 2015 no valor de R\$ 84.378,49”;

5.6.3. Ressalta que a “nomenclatura de lucro acumulado não aparece no balanço, pois devido, a mudanças nas normas técnicas de contabilidade para padrão internacional (IFRS), passou a não existir mais, todavia, se dá a diferença pelos parênteses, de forma que, dentro do balanço, o prejuízo aparece entre parêntese e o lucro fora de parênteses”.

5.7. No que tange aos Atestados de Capacidade Técnica e Notas fiscais apresentados a RECORRIDA alega que:

5.7.1. Os Atestados de Capacidade Técnica são legítimos e foram devidamente registrados junto ao Conselho Regional de Administração do Distrito Federal – CRA/DF, bem como suas respectivas autenticidades foram confirmadas em diligências realizadas pelo Pregoeiro;

5.7.2. A RECORRIDA estava dispensada de emitir notas fiscais eletrônicas, nos termos da Portaria SEFAZ / DF nº 403/2009, razão pela qual as Notas apresentadas são legais;

5.7.3. “Dizer que a capacitação técnica comprovada pela Recorrida não atende a proporção mínima de 50%, é atentar contra preceitos básicos da lógica, pois foi totalmente comprovada a capacidade técnica para o desenvolvimento dos serviços relativos aos postos de Encarregado e Copeira, sendo que em relação ao posto de Garçom, ainda que, ad argumentandum tantum, se considere que não houve a comprovação, é certo que o edital exigia a comprovação para o desempenho de atividade PERTINENTE e COMPATÍVEL, critério que foi totalmente cumprido”.(sic)

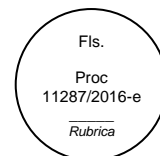
5.8. Em cumprimento ao Ofício de Diligência nº 8/2017 – SELIC (e-DOC 229BC615, Peça nº 52) a RECORRIDA esclareceu ainda, no que tange ao recibo EFD de novembro de 2016, que “em complemento às contrarrazões apresentadas cabe acrescentar ainda que a receita bruta referente ao mês de novembro/2016 declarada no recibo EFD Contribuições de R\$ 463.808,48 foi o efetivamente recebido por esta empresa divergindo do valor constante da relação de compromissos R\$ 742.224,282 em razão de inadimplência junto aos nossos contratados da ordem de R\$ 278.416,28”.(e-DOC 221C6ACD, Peça nº 53).

6. A RECORRIDA em suas contrarrazões, referentes à SEGUNDA RECORRENTE, esclarece que:

6.1. A Declaração de que trata o item 14.3, III do Capítulo XIV do Edital foi acostada no 1º arquivo anexado ao sistema compasnet denominado “4- Dec. Atendim. aos requisitos.pdf”, e foi devidamente firmada pelo representante legal da Recorrida;

6.2. “Melhor sorte não socorre a Recorrente quando afirma que a Recorrida deixou de apresentar o relatório de “Consolidação da Contribuição para o PIS e COFINS” em atendimento ao disposto no Anexo X do Edital, uma vez que, conforme disposto no próprio Anexo X – Continuação (página 101, rodapé), a apresentação do referido relatório só era exigível do licitante que desejasse contemplar em seus cálculos a coluna de “outras deduções”, o que, naturalmente, não foi o caso da Recorrida”.

7. Dessa feita, a RECORRIDA requer o não provimento dos recursos interpostos, haja vista a incongruência das razões recursais, solicitando, ainda, a manutenção de sua classificação, uma vez que sua proposta atende às exigências do Edital do certame.



DOS COMENTÁRIOS

8. Preliminarmente, informo que os registros dos recursos e o das contrarrazões foram tempestivos.

9. Cabe informar, ainda, que foi encaminhado para a caixa de correio eletrônico do TCDF email apócrifo no mesmo dia (08/02/2017) do envio do recurso da PRIMEIRA RECORRENTE contendo em síntese as mesmas alegações do recurso interposto por essa (e-DOC DBDED59E, Peça nº 49).

DA ANÁLISE DAS RAZÕES APRESENTADAS PELA PRIMEIRA RECORRENTE

10. No que tange à alegação de omissão de contratos na relação de compromissos apresentada pela RECORRIDA (e-DOC 88D41C89, Peça nº 40), cabe informar que essa encaminhou por email cópia de contratos e notas fiscais de ajustes, firmados pelo Grupo SOLLO3, sendo que da análise realizada por esse Serviço de Licitação4, resumida na tabela constante do e-DOC 9801625D (Peça nº 175), verificam-se que constam apenas 11 (onze) ajustes em vigor e celebrados com a SOLLO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA (CNPJ nº 24.921.066/0001-82 – Nome Fantasia: SOLLO), empresa do grupo SOLLO, que foi a vencedora do certame, consoante lista (e-DOC 567985F8-e – pág. 07).

11. Cabe esclarecer que, conforme informação prestada em diligência complementar (e-DOC 221C6ACD, Peça nº 53), há dois são contratos já expirados em nome da RECORRIDA (Condomínio do Centro Clínico Via Brasil Ltda. e Welt Motors Ltda).

12. Os demais contratos são firmados com outras empresas do mencionado Grupo SOLLO, listados no e-DOC (e-DOC 567985F8-e – pág. 08).

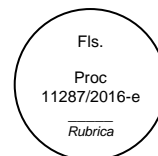
13. Dessa forma, a relação de compromissos apresentada pela RECORRIDA, por força do disposto no item 14.3, X do Capítulo XIV e Anexo VIII do Edital do Pregão Eletrônico TCDF nº 5/2017, encontra-se correta não existindo omissões.

14. Por sua ampla pertinência, cabe trazer à baila que a PRIMEIRA RECORRENTE (ÁGIL SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA. - CNPJ nº 72.620.735/0001-29) interpôs no âmbito do Pregão Eletrônico TRE – DF nº 26/20165 (UASG nº 70025 – e-DOC 502E30EA – Peça nº 176) recurso administrativo (e-DOC 55C96A35 – Peça nº 177) contra também a ora RECORRIDA (SOLLO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA (CNPJ nº 24.921.066/0001-82 – e-DOC 50992D2B – Peça nº 178) utilizando-se de razões recursais análogas as ora enfrentadas referentes a mesma documentação, tendo o Pregoeiro do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (TRE – DF), concluído de forma idêntica pela veracidade das informações constantes da Relação de Compromissos da RECORRIDA (e-DOC 32DC6165 – Peça nº 179).

15. Além disso, como bem aponta o ilustre Pregoeiro do TRE – DF, a empresa RECORRIDA (CNPJ nº 24.921.066/0001-82), não se confunde com as demais empresas do grupo SOLLO, possuindo direitos, obrigações, capital social e



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA



relação jurídico-tributária próprios e individualizados, não sendo cabível constar em sua relação de compromissos contratos de outras empresas do grupo.

16. Lembra, ainda, o ilustre Pregoeiro do TRE – DF, que a própria PRIMEIRA RECORRENTE (ÁGIL SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA.), “*integra um grupo de empresa (grupo ÁGIL) da qual fazem parte: Ágil Serviços Especiais; Ágil Vigilância; Ágil Uniformes e Predileta*”.

17. Já quanto ao Balanço Patrimonial (BP) e Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) da Recorrida para o exercício de 2015, cabe informar, preliminarmente, que os mesmos atendem ao disposto nos arts. 176 a 205 da Lei nº 6.404/1976 (Dispõe sobre as

Sociedades por Ações), tendo sido assinados por contador responsável (Srª Cláudia Carrijo Lino – CRC DF 017904/0) e sócia-administradora da empresa (Srª Cristina Tereza de Oliveira), bem como foram devidamente registrados na junta comercial do Distrito Federal.

18. No que tange aos Impostos e Contribuições sobre o faturamento verifica-se que a PRIMEIRA RECORRENTE faz uma leitura isolada da escrituração contábil constante da DRE da RECORRIDA como despesa efetivamente paga de R\$ 57.879,70 referente a esses tributos, esquecendo-se de analisar a escrituração como dívida da empresa (passivo circulante), constante do balanço patrimonial, a rubrica com o título de impostos e contribuições a recolher (a pagar ao fisco) de R\$ 169.468,84 (e-DOC 88D41C89, Peça nº 40, pp. 48/57), totalizando na verdade para impostos e contribuições sob o faturamento da RECORRIDA o montante de R\$ 227.348,54, o que corresponde aproximadamente a 14,28% da Receita Bruta auferida no exercício de 2015 (R\$ 1.591.605,00), o que é compatível com regime de tributação da empresa, ao contrário do alegado pela PRIMEIRA RECORRENTE.

19. Aduz razão também à RECORRIDA que os valores de ISS são objeto de retenção tributária por parte de seus clientes, conforme disposto no art. 6º na Lei Complementar nº 116/2003, recepcionada pela Lei Complementar Distrital nº 687/2003, e no art 8º do Decreto Distrital nº 25.508/2005, desse último diploma transcreve-se o seguinte dispositivo:

Decreto Distrital nº 25.508/2005

Art. 8º Fica atribuída a responsabilidade pela retenção e recolhimento do imposto cujo local da prestação do serviço situe-se no Distrito Federal, àqueles a seguir discriminados, vinculados ao fato gerador na condição de contratante, fonte pagadora ou intermediário: (NR)

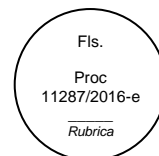
(...)

XII aos condomínios comerciais e residenciais, inclusive administradoras de shopping centers;

20. Quanto às alegações referentes ao Patrimônio Líquido da RECORRIDA a PRIMEIRA RECORRENTE encontra-se também equivocada, ressalte-se que o lucro e/ou prejuízo do período apurado na DRE de 2015 é transferido para contas de resultado acumuladas do Balanço Patrimonial (lucro/prejuízos acumulados) e não discriminada por exercício de forma apartada.

21. Dessa forma, as explanações dadas pela RECORRIDA podem ser aceitas. Nesse sentido, cabe destacar a análise feita para o mesmo balanço da RECORRIDA pelo Analista Judiciário – Área Contábil do TRE – DF, Sr. Wagner Donizeth de Souza, no âmbito

do Pregão Eletrônico TRE-DF nº 26/2016, de cujo parecer extrai-se o seguinte excerto de forma a afastar de modo irrefutável as dúvidas suscitadas pela



PRIMEIRA RECORRENTE (e- DOC 8576BDA0 - Peça nº 180, pp. 267/269), verbis:

No que tange a alegação de divergência entre o lucro descrito na DRE e no BP é de se informar que se trata de questão meramente formal, a questão é verdadeiramente interpretativa senão vejamos:

a) Verifica-se que a conta descrita no BP é denominada Prejuízos acumulados. No entanto, trata-se de conta com saldo positivo do que se depreende que nesta conta restam consignados lucros e/ou prejuízos acumulados e que o valor ali descrito apresenta, na verdade, o lucro acumulado (não apenas no período) de modo que a conta seria uma conta de lucro/prejuízo líquido acumulado no valor total de R\$ 1.637.297,66;

b) Na linha seguinte, entre parênteses (o que denota valor negativo, ou seja, prejuízo) consta o valor referente a conta prejuízo total acumulado R\$ 125.506,91, valor acumulado entre 2014 e 2015.

c) Na linha seguinte, há a conta lucro do período (no valor de R\$ 1.749.406,98.), que traz além do lucro do período, o lucro acumulado (período de 2014). A constatação matemática dessa assertiva pode ser feita conforme análise colacionada no e-DOC 567985F8-e – pág. 10).

Nestes termos, como se verifica da planilha supra, resta inconteste que os alegados indícios de fraude contábil é, em verdade, equívoco na interpretação do detalhamento das contas. (grifo nosso).

*22. Com relação aos Atestados de Capacidade Técnica apresentados pela RECORRIDA, cabe esclarecer preliminarmente que o objeto do Pregão TCDF nº 5/2017 é a contratação de empresa especializada para a execução de serviços contínuos de copeiragem, com fornecimento de insumos sob demanda, nos Edifícios Sede, Anexo, Biblioteca e Garagem e outras áreas do Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF, sendo que o item 14.3, VII do Capítulo XIV do Edital, transcrito abaixo, pede para fins de habilitação técnica a comprovação da prestação de serviços terceirizados envolvendo no mínimo **13 (treze)** empregados, admitido o somatórios de atestados para períodos concomitantes, e em nenhum momento pede a comprovação de postos de copeira e / ou garçom.*

CAPÍTULO XIV – DA HABILITAÇÃO

14.3. O licitante deverá apresentar a seguinte documentação complementar:

(...)

VII. ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA ou CERTIDÃO(ÕES), expedido(s) por órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do DF, ou ainda, por empresas privadas, relativo(s) à qualificação técnico-operacional, que comprove(m):

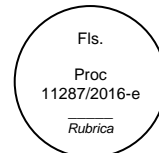
VII.1 Aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto desta licitação, demonstrando que a licitante administra ou administrou serviços terceirizados, com, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do número de empregados que serão necessários para suprir os postos contratados em decorrência desta licitação.

VII.1.1. Será aceito o somatório de atestado(s) e/ou declaração(ões) de períodos concomitantes para comprovar a capacidade técnica.

23. Dessa forma, os atestados apresentados pela RECORRIDA (e-DOC 88D41C89, Peça nº 40, pp. 29/40) atendem os requisitos constantes do item



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA



14.3, VII do Capítulo XIV do Edital do certame, conforme lista anexada no e-DOC 567985F8-e – pág. 11.

24. Ressalte-se, inclusive, que a jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU), para serviços de terceirização de mão de obra, é no sentido de se evitar a exigência da comprovação da prestação de serviços específicos, e sim que se exija a aptidão para gestão de mão de obra. Nesse sentido, cabe trazer à baila os seguintes excertos da jurisprudência do TCU:

Acórdão TCU nº 553/2016 – Plenário - Relator Ministro Vital do Rêgo

(...)

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

(...)

9.4. dar ciência ao Ministério do Esporte sobre as seguintes irregularidades verificadas no Pregão Eletrônico 10/2015, para que sejam adotadas medidas tendentes à prevenção de outras ocorrências semelhantes:

9.4.2. exigir, em licitação para serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, que os atestados de capacidade técnica comprovem serviços idênticos, em vez da aptidão para gestão de mão de obra, sem a necessária demonstração técnica dessa necessidade, o que afronta a jurisprudência desta Corte, notadamente os Acórdãos 1.214/2013-TCU-Plenário, 1.443/2014-TCU-Plenário, 744/2015-TCU-2ª Câmara e 668/2005-TCU-Plenário;

Acórdão TCU nº 744/2015 – 2ª Câmara - Relator Ministra Ana Arraes

(...)

1.7. Orientações: alertar a Secretaria de Políticas para as Mulheres de que:

1.7.1. nos certames para contratar serviços terceirizados, em regra, os atestados de capacidade técnica devem comprovar a habilidade da licitante em gestão de mão de obra, e não a aptidão relativa à atividade a ser contratada, como o ocorrido no pregão eletrônico 3/2014 (item 10.4.3.1 do edital - exigência de atestados para serviço de secretariado);

25. No que tange às Notas Fiscais apresentadas pela empresa, em diligência solicitada pelo Pregoeiro, cabe informar que a análise final quanto à validade fiscal dessas compete às autoridades fiscais, em especial à Secretaria de Fazenda do Distrito Federal (SEFAZ/DF) e a Receita Federal do Brasil (RFB). Contudo, cabe esclarecer que, no âmbito do Pregão Eletrônico em tela, o intuito de solicitação das citadas Notas Fiscais é fazer prova indireta quanto à efetiva prestação dos serviços atestados.

26. Nessa direção, destaca-se que a Nota Fiscal Eletrônica em substituição ao Modelo 3 só passou a ser obrigatória para todas as empresas, incluindo as microempresas⁶ e empresas de pequeno porte, com exceção do microempreendedor individual (MEI), a partir de **01/11/2016**, com a edição da Portaria nº 118 SEF/DF7, de 24/06/2016, que deu nova redação ao art. 3º da Portaria nº 403/2009, transcrito abaixo.

Portaria nº 403/2009

Art. 3º Ficam obrigados a emitir a Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, modelo 55:

(...)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA



II - em substituição à Nota Fiscal modelo 3:

a) os contribuintes a que se refere a alínea "a", do inciso I, do caput, a partir de 1º de abril de 2014;

b) os contribuintes enquadrados nos códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE descritos no Anexo Único desta Portaria, a partir da data indicada no referido anexo;

c) os demais contribuintes a partir de 1º de novembro de 2016, inclusive a Microempresa de que trata o art. 3º, I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 1º A obrigatoriedade de que trata o inciso I do caput aplica-se a todas as operações efetuadas em todos os estabelecimentos dos contribuintes, que estejam localizados no Distrito Federal, ficando vedada a emissão de Nota Fiscal modelo 1 ou 1-A, salvo nas hipóteses previstas na Portaria nº 49/08 e no Protocolo ICMS 42/09.

§ 2º A obrigatoriedade de que trata o inciso II do caput aplica-se a todas as operações efetuadas em todos os estabelecimentos dos contribuintes, que estejam localizados no território do Distrito Federal, ficando vedada a emissão de Nota Fiscal modelo 3 prevista no artigo 90 do Decreto 25.508, de 19 de janeiro de 2005.

§ 3º A obrigatoriedade de emissão de Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, em substituição à Nota Fiscal modelo 3, prevista no inciso II do caput, não se aplica ao Microempreendedor Individual - MEI.

§ 4º A obrigatoriedade de emissão de Nota Fiscal Eletrônica - NF-e em substituição à Nota Fiscal modelo 3 aplica-se, também, às prestações de serviços sujeitos ao ISS para a Administração Pública direta ou indireta, inclusive empresa pública e sociedade de economia mista, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para fatos geradores ocorridos a partir de 1º de abril de 2014.

§ 5º A obrigatoriedade prevista no § 4º não se aplica ao Microempreendedor Individual - MEI.

*§ 6º Para fins do disposto na alínea "b" do inciso II do caput, devem-se considerar os códigos principal e secundários do CNAE do contribuinte, conforme constem ou, por exercer a atividade, devam constar de seus atos constitutivos ou de seus registros no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, da Receita Federal do Brasil - RFB, e no Cadastro Fiscal do Distrito Federal - CFDF. **(Nova Redação dada ao art 3º pela Portaria nº 118, de 24/06/2016 – grifo nosso).***

*27. Frise-se, ainda, que a própria PRIMEIRA RECORRENTE reconhece a validade das Notas Fiscais emitidas pelas empresas Welt Motors Ltda. e Vagon Engenharia, **cujos atestados efetivamente atendem às exigências do edital**, ao contrário do alegado pela PRIMEIRA RECORRENTE.*

28. Observe-se que, além da solicitação dos referidos documentos, a Pregoeira efetuou diligências, por meio de entrevistas telefônicas com os emissores dos Atestados de Capacidade Técnica, sendo que esses ratificaram às respectivas prestações de serviços declaradas nos atestados.

29. De igual forma o Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (TRE - DF) efetuou diligências, confirmando também a veracidade do Atestado emitido pela Escola das Nações, bem como comprovado a existência do único contrato público da RECORRIDA, constante de sua Relação de Compromissos, firmado



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA



com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Por sua pertinência, cabe transcrever o seguinte excerto do Parecer do ilustre Pregoeiro do TRE-DF (e-DOC 32DC6165 – Peça nº 179):

Pois bem, dessas diligências restou lavrada pela CPL certidão que informa que:

Aos seis de fevereiro do ano de 2017 às quatorze horas e vinte minutos, certifico que, entrei em contato telefônico com a Senhora Marcela Cintia Negro Lemos, Coordenadora de RH da Escola das Nações Centro Educacional e Cultural, inscrita no CNPJ sob nº 00.580.852/0001-03, a qual confirmou a capacidade técnica da empresa SOLLO CONSTRUÇÕES e SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ 24.921.066/0001-82, prestadora dos serviços discriminados no atestado de capacidade técnica, dessa escola, [...]

Demais disso, foi realizada consulta junto ao MTE, haja vista ser o único contrato público constante da relação de compromissos. Nesta consulta, o Senhor Charles Alyson Fonteneles Moura, Chefe da Seção de Transporte, informou que:

William,

*Apesar do pouquíssimo tempo de serviços prestados aqui neste Ministério (nem um mês completo ainda), a empresa tem apresentado bom desempenho, **superado até as expectativas se comparado a empresas anteriores**, mesmo as de locação de veículos com motoristas.*

Por estarmos ainda no primeiro mês de execução do contrato, a empresa repassou em tempo valores em dinheiro correspondentes ao vale transporte e refeição a todos os motoristas, enquanto o passe-livre e o cartão-alimentação estão sendo confeccionados. Quanto aos uniformes, a entrega foi logo nos primeiros dias, e, mesmo tendo que atender a um pedido de alteração em um detalhe no uniforme, a empresa conseguiu entregar todas as peças em curto espaço de tempo. Além disso, logo no princípio fez a entrega dos aparelhos celulares, bem como providenciou a imediata vistoria dos veículos que estão sendo utilizados pelos seus motoristas, exigido pela seguradora.

Cabe informar ainda, que a prestadora de serviços sempre se faz presente aqui no local de execução dos serviços, seja com o preposto ou substituto, seja com gerentes da empresa, como também por contato telefônico ou via e-mail. Frise-se, que aqui não há necessidade de utilização de EPI's.

*Portanto, **até o presente momento esta fiscalização classifica como satisfatória a prestação dos serviços por hora prestados** e informa que não há ocorrências que desabone a empresa em tela.*

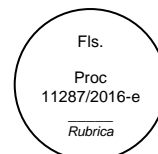
Como se verifica, ao contrário do que insinua a Recorrente, este Pregoeiro foi além da diligência feita em atestados (diligenciando junto aos que forneceram atestados, analisando contratos e etc.) buscando também avaliar o desempenho da Recorrida em contrato público – que, como cediço tem suas peculiaridades. Neste norte, descabido pedir diligências adicionais. Sob todos os aspectos verificados, nada se encontrou que recomendasse a inabilitação da Recorrente.

Feitas essas considerações, rejeito as alegações apresentadas e deixo de reconsiderar a decisão quanto ao atendimento à capacidade técnica. (grifo do original).

30. No que tange à questão suscitada referente ao recibo de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/PASEP e para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) – EFD – Contribuições, para a competência de novembro de 2016, cabe esclarecer que a RECORRIDA apresentou os recibos



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA



de dezembro de 2015 a novembro de 2016, de forma a ser possível o cálculo das alíquotas efetivas de PIS (0,67%) e COFINS (3,09%), constantes do BDI de sua proposta, de modo a atender o disposto no item 9.3.14 do Anexo I do Edital, transcrito abaixo, que reproduz a recomendação constante do item 9.3.2.4 do Acórdão TCU Plenário nº 2622/2013.

Anexo I do Edital do Pregão TCDF nº 5/2017

9.3.14. As empresas sujeitas ao regime de tributação de incidência não cumulativa de PIS e Cofins deverão comprovar que as alíquotas dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis nºs 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela administração pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária. A comprovação de que trata este item poderá ser feita pelo cálculo da média dessas contribuições dos últimos 12 (doze) meses disponíveis, mediante a apresentação dos recibos de entrega de escrituração fiscal digital (EFD / SPED), ou, pelo cálculo da média dos recibos de que trata o item anterior (Vide Anexo X).

Acórdão TCU nº 2622/2013 – Plenário (Relator Ministro Carlos Bemquerer)

9.3. determinar ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que:

(...)

9.3.2.4. estabelecer, nos editais de licitação, que as empresas sujeitas ao regime de tributação de incidência não cumulativa de PIS e COFINS apresentem demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis ns. 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária;

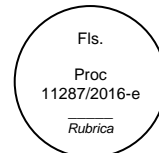
*31. Observe que o exigido objetivamente pelo item 9.3.14 do Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 5/2017, correlacionado ao Anexo X desse Edital, **não** é que a receita do mês de novembro de 2016 corresponda exatamente ao valor apontado na relação de compromissos da licitante, objeto do Anexo VIII do Edital do certame, sendo razoável o acolhimento das contrarrazões complementares da RECORRIDA (e-DOC 221C6ACD, Peça nº 53), pois a receita nominal constante dos ajustes da contratada pode realmente divergir da efetivamente arrecadada no mês de apuração seja por inadimplência, como alegado, ou por outro motivo que leve a frustração de receita, tais como: contratos sob demanda que não se concretizem.*

32. Nesse ponto, cabe observar que a responsabilidade para aferição final quanto à veracidade do valor do faturamento, para fins de arrecadação das contribuições sociais do PIS e COFINS, é da Receita Federal do Brasil (RFB), que possui meios próprios, conferidos pelo ordenamento jurídico brasileiro, sendo que o eventual acolhimento das conjecturas/ilacões levantadas pela PRIMEIRA RECORRENTE não tem o condão de alterar o atendimento pela RECORRIDA quanto ao requisito objetivo exigido pelo item 9.3.14 do Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 5/2017.

33. Ressalte-se que a RECORRIDA apresentou também os recibos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/PASEP e para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) – EFD – Contribuições, relativos aos 12 (doze) meses correspondentes ao Balanço Patrimonial e



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA



demonstrações contábeis (janeiro de 2015 a dezembro de 2015), de que trata o inciso IX do item 14.3 do Capítulo XIV do Edital, sendo que a receita bruta calculada a partir dos recibos guarda compatibilidade com as demonstrações apresentadas, mesmo desconsiderando a retificação do recibo referente ao mês de janeiro de 2015 (e-DOCs 88D41C89 e 208566AE, Peças nºs: 40 e 42, respectivamente).

34. *Uma última e imprescindível observação acerca desse tópico é que a avaliação da documentação de habilitação de uma empresa feita em um procedimento licitatório pela SELIC / SELIP leva em conta o princípio geral do direito da boa-fé objetiva, no qual se presumem como verdadeiras as informações prestadas pelos licitantes⁹. É fato que esta presunção de veracidade é juris tantum, ou seja, é relativa, e admite prova em contrário. Entretanto, desde que não seja alegada e provada a falsificação do documento, este é tido como autêntico e verdadeiro, gerando todas as consequências legais. Neste sentido, manifesta-se o jurista e doutrinador Luiz Guilherme Marinoni, em sua obra “Processo de Conhecimento”, ao defender que o “conteúdo do documento particular autêntico é presumido verdadeiro, em relação à sua integralidade, salvo quando se logre provar, por qualquer via admitida em direito, que essa presunção (relativa que é) não merece procedência”.¹⁰*

35. *Dessa forma, conforme discutido acima, tendo em vista que a PRIMEIRA RECORRENTE não trouxe provas irrefutáveis quanto ao alegado, entende-se que suas razões recursais não devem ser acolhidas.*

DA ANÁLISE DAS RAZÕES APRESENTADAS PELA SEGUNDA RECORRENTE

36. *Cabe informar que a RECORRIDA realmente apresentou em sua documentação a declaração de atendimento aos requisitos previstos no art. 2º da Lei Distrital nº 4.770/2012, conforme proposta enviada pelo sistema do comprasnet e acostada à Peça nº 40 (e-DOC 88D41C89, p. 19).*

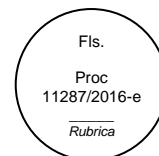
37. *Alude razão também a RECORRIDA, conforme o disposto na observação referente à coluna F das tabelas (***), constantes do Anexo X do Edital, transcrita abaixo, que somente no caso de se levar em conta no cálculo do PIS e COFINS efetivo a coluna “Outras Deduções” é que seria necessário a apresentação do relatório de Consolidação da Contribuição para o PIS e COFINS.*

Caso a licitante deseje contemplar em seus cálculos a coluna de outras deduções, essa deverá apresentar além dos recibos do EFD - Contribuições, o relatório de “Consolidação da Contribuição para o PIS e COFINS”, emitido pelo EFD-Contribuições, para o mês de competência da dedução.

38. *Cabe observar que a SEGUNDA RECORRENTE pode ter ficado em dúvida pois a coluna D das tabelas cita de forma equivocada o termo “outras deduções”, mas na verdade o valor constante nessa coluna refere-se apenas as retenções das contribuições sociais, tal falha de grafia será corrigido nos próximos editais. Todavia, a observação refere-se apenas a coluna F que não foi preenchida pela licitante e não entrou no cômputo do cálculo do PIS e COFINS efetivo do BDI, razão pela qual a licitante não está obrigada a enviar a documentação citada. De acordo com o e-DOC 567985F8-e – pág. 18, reproduz-se a planilha preenchida pela licitante (e- DOC 208566AE, Peça nº*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA



42, pp. 16/17) que demonstra de forma clara que a coluna F não foi preenchida pela RECORRIDA e nem integrou os cálculos do PIS e COFINS efetivo.

39. Além disso, como já citado anteriormente, cabe esclarecer que a documentação apresentada pela RECORRIDA atende de forma objetiva as exigências constantes dos itens 9.3.13 e 9.314 do Anexo I e do Anexo X do Edital de Pregão Eletrônico TCDF nº 5/2017.

40. Portanto, entende-se também que as razões recursais da SEGUNDA RECORRENTE não devem ser acolhidas.

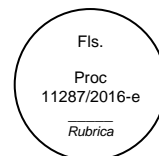
Ao final, considerando as alegações apresentadas pela primeira e segunda RECORRENTES, e a defesa oferecida pela RECORRIDA, bem como as considerações trazidas pela Nobre Pregoeira, conclui-se pelo não provimento dos recursos apresentados.

Primeiramente, no que tange à análise desta Consultoria, destaca-se que os recursos e as contrarrazões foram apresentados de forma tempestivos.

Cabe identificar, que as questões levantadas nos recursos ora examinados foram devidamente atacadas pelos fundamentos trazidos pela Pregoeira.

Quanto ao recurso apresentado pela primeira RECORRENTE, sob a alegação de omissão de contratos na relação de compromissos apresentada pela Recorrida, não merece prosperar, uma vez que conforme restou devidamente comprovado por meio da análise realizada pelo Serviço de Licitação (peça nº 53 e peça nº 175), a relação de compromissos apresentadas pela recorrida, está em plena harmonia com o que preceitua o item 14.3, X do Capítulo XIV e Anexo VIII do Edital do Pregão Eletrônico TCDF nº 5/2017.

Mais ainda, para corroborar o que foi defendido acima, conforme bem destacou a Nobre pregoeira (e-DOC 56798DF8-e – pág. 08), a primeira RECORRENTE (ÁGIL SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA), interpôs na Corte Eleitoral do Distrito Federal, em âmbito de pregão eletrônico, recurso



administrativo, contra a ora RECORRIDA, com as mesmas argumentações defendidas no presente, tendo o Pregoeiro da Corte Eleitoral, concluído pelo prosseguimento do certame, por estar em consonância com o que preceitua a Lei de Licitações.

No que tange ao Balanço Patrimonial (BP) e Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) da Recorrida para o exercício de 2015, foram atendidos todos os requisitos exigidos na Lei nº 6.404/76.

Quanto aos Impostos e Contribuições sobre o faturamento, restou constatado pela Pregoeira que a PRIMEIRA RECORRENTE fez uma **leitura equivocada** da escrituração que consta na Demonstração do Resultado do Exercício da RECORRIDA, sendo que a informação apresentada encontra-se devidamente compatível com o regime de tributação da RECORRIDA, peça nº 40.

No que diz respeito a retenção do INSS, vejamos o que dispõe o Decreto Distrital nº 25.508/2005:

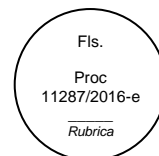
“Art. 8º Fica atribuída a responsabilidade pela retenção e recolhimento do imposto cujo local da prestação do serviço situe-se no Distrito Federal, àqueles a seguir discriminados, vinculados ao fato gerador na condição de contratante, fonte pagadora ou intermediário: (NR)

(...)

XII aos condomínios comerciais e residenciais, inclusive administradoras de shopping centers;”

Nessa linha, assiste razão a empresa RECORRIDA, tendo em vista que os valores de ISS são objeto de retenção tributária por parte de seus clientes.

Outro equívoco apontado pela RECORRENTE refere-se ao Patrimônio Líquido da RECORRIDA, pois conforme constatou-se o lucro e/ou prejuízo do



período apurado na DRE de 2015 é transferido para contas de resultado acumuladas do Balanço Patrimonial (lucro/prejuízos acumulados) e não discriminada por exercício de forma apontada.

Nesse sentido, pedimos *vênia* para lembrar que a Nobre Pregoeira menciona a análise feita para o mesmo balanço da RECORRIDA pela Corte Eleitoral do DF no Pregão Eletrônico TRE-DF nº 26/2016, que afastou quaisquer dúvidas sobre indícios de fraude contábil, não passando de mero equívoco de interpretação (e-DOC 567985F8-e – págs. 10 e 11 – peça nº 180).

No tocante aos Atestados de Capacidade Técnica, reza o edital:

“14.3. O licitante deverá apresentar a seguinte documentação complementar:

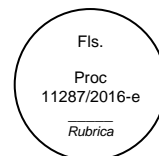
(...)

VII. ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA ou CERTIDÃO(ÕES), expedido(s) por órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do DF, ou ainda, por empresas privadas, relativo(s) à qualificação técnico-operacional, que comprove(m):

VII.1 Aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto desta licitação, demonstrando que a licitante administra ou administrou serviços terceirizados, com, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do número de empregados que serão necessários para suprir os postos contratados em decorrência desta licitação.

VII.1.1. Será aceito o somatório de atestado(s) e/ou declaração(ões) de períodos concomitantes para comprovar a capacidade técnica.”

Dessa forma, a RECORRIDA também atendeu aos requisitos supracitados, tendo em vista os atestados devidamente juntados que



comprovam a satisfação da exigência legal (peça nº 40 e e-DOC 567985F8-e – páginas 11 e 12).

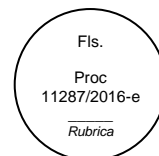
Quanto às notas fiscais, a Pregoeira de forma diligente esgotou todos os meios a fim de comprovar a veracidade das informações e a efetivação dos serviços prestados pela RECORRIDA (e-DOC 567985F8-e – pág. 14), de igual modo, a Corte Eleitoral do DF em diligência em determinado pregão eletrônico, confirma a veracidade de tal informação (e-DOC 567985F8-e – pág. 14), portanto não há falar em inabilitação da empresa RECORRIDA.

No que se refere a Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/PASEP e para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) – EFD – Contribuições, para a competência de novembro de 2016, a RECORRIDA apresentou os recibos de dezembro de 2015 a novembro de 2016, de forma a ser possível o cálculo das alíquotas efetivas de PIS (0,67%) e COFINS (3,09%), constantes do BDI de sua proposta, em atendimento ao disposto no item 9.3.14 do Anexo I do Edital.

Impende frisar que eventual irregularidade quanto a apresentação de informações por parte da RECORRIDA, não é apta, de *per si*, para inabilitar a empresa do certame, cabendo ao órgão fiscalizador responsável – Receita Federal do Brasil – RFB - comprovar eventual vício ou má-fé na prática do ato, tendo em vista que tais circunstâncias não podem ser presumidas para fins de eventual inabilitação, até porque todos os documentos possuem presunção legal de autenticidade.¹

Em relação a SEGUNDA RECORRENTE, HPEX APOIO ADMINISTRATIVO EIRELI – ME (e-DOC D440273E, Peça nº 46), pleiteia a

¹ TRE-AC – RE nº 10206, data da publicação: 29/07/2013.



inabilitação da RECORRIDA, tecendo em síntese as seguintes razões, que *data máxima vênia*, não merecem prosperar, vejamos:

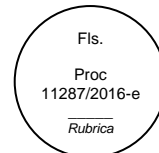
Afirma que a RECORRIDA não apresentou a declaração de atendimento aos requisitos previstos no art. 2º da Lei Distrital nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2010, exigido pelo item 14.3, III do Capítulo XIV do Edital, todavia, tal declaração fora devidamente acostada e firmada por quem de direito, consoante se prova por meio da Peça nº 40 (e-DOC 88D41C89, p.19).

Alega ainda a SEGUNDA RECORRENTE que a RECORRIDA opera sob o regime de apuração do Lucro Real, sendo que *“em sua documentação nos recibos da EFD – Contribuições constam valores na coluna outras deduções a mesma deverias ter apresentado o relatório de ‘Consolidação da Contribuição para o PIS e COFINS’ conforme previsto em edital no Anexo X”*, observa-se que conforme contrarrazões apresentadas pela RECORRIDA, com expressa concordância da Nobre pregoeira (e-DOC 567985F8-e – pág. 18), cumpre destacar que: *“a SEGUNDA RECORRENTE pode ter ficado em dúvida pois a coluna D das tabelas cita de forma equivocada o termo “outras deduções”, mas na verdade o valor constante nessa coluna refere-se apenas as retenções das contribuições sociais, tal falha de grafia será corrigido nos próximos editais. Todavia, a observação refere-se apenas a coluna F que não foi preenchida pela licitante e não entrou no cálculo do PIS e COFINS efetivo do BDI, razão pela qual a licitante não está obrigada a enviar a documentação citada. Abaixo, reproduz-se a planilha preenchida pela licitante (e- DOC 208566AE, Peça nº 42, pp. 16/17) que demonstra de forma clara que a coluna F não foi preenchida pela RECORRIDA e nem integrou os cálculos do PIS e COFINS efetivo.”*

In casu, restou comprovado que a RECORRIDA atendeu todos os requisitos exigidos no edital (peça nº 27), bem como na Lei de Licitação, não havendo quaisquer óbices para inabilitar a empresa em tela.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA



Dessa forma, em razão dos fatos registrados nos recursos e contrarrazões, é de se conhecer os recursos interpostos, por serem tempestivos e estar nos moldes legais, e no mérito improvidos, com base nos procedimentos estabelecidos pelo Edital do Pregão Eletrônico nº 05/2017.

Ante o exposto, não se vislumbra, sob o aspecto eminentemente jurídico, quaisquer falhas que justifiquem a insatisfação recursal dos recorrentes. Dessa forma, acolhe-se a argumentação oferecida pela Nobre Pregoeira, no sentido de que os recursos em exame sejam improvidos, com base nas diligências realizadas, na jurisprudência do Tribunal de Contas da União, na legislação que rege a matéria, a fim de manter o resultado do certame.

À consideração superior.

Brasília-DF, 08 de março de 2017.

BRUNO FRANCO LACERDA MARTINS

Assessor Jurídico

Ciente.

De acordo.

À SEGEDAM, com as vênias de estilo.

Ana Paula C. Resende M. do Prado

Consultora Jurídica Substituta